



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

**Auditoria Interna**

Avenida dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP  
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356-7589  
auditoria@ufabc.edu.br

# PROTOCOLO

**Comunicação Interna nº 002/2017/AUDIN**

Santo André, 06 de janeiro de 2017.

À

Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI);

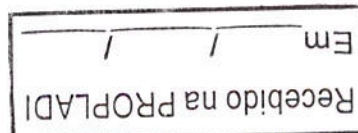
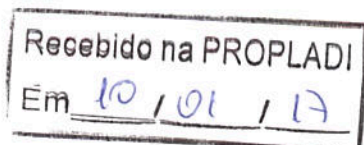
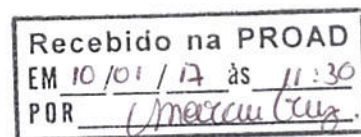
Pró-reitoria de Administração (PROAD)

Assunto: **Auditoria na Gestão e Execução Orçamentária e Financeira e Licitações**

1. Tendo em vista a conclusão dos trabalhos da auditoria na Gestão e Execução Orçamentária-financeira e Licitações, encaminhamos o Relatório Final nº. 01/2017 para conhecimento.
2. Colocamo-nos à disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas quanto aos assuntos ora tratados.

Atenciosamente,

**Adriana Maria Couto**  
Gerente da Auditoria Interna.



*[Handwritten signature]*



Universidade Federal do ABC





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Auditoria Interna**

Avenida dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP  
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356-7589  
auditoria@ufabc.edu.br

**Comunicação Interna nº 003/2017/AUDIN**

Santo André, 06 de janeiro de 2017.

À Reitoria

Assunto: **Auditoria na Gestão e Execução Orçamentária e Financeira e Licitações**

1. Tendo em vista a conclusão dos trabalhos da auditoria na Gestão e Execução Orçamentária-financeira e Licitações, encaminhamos cópia do Relatório Final nº. 01/2017 para conhecimento.
2. Colocamo-nos à disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas quanto aos assuntos ora tratados.

Atenciosamente,



**Adriana Maria Couto**  
Gerente da Auditoria Interna.



**Relatório AUDIN nº 01/2017**

**UNIDADE(S) ENVOLVIDA(S): Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI) e Pró-Reitoria de Administração (PROAD)**

**Ação de Auditoria nº 02 – PAINT 2016**

**1. ESCOPO DOS EXAMES**

Os trabalhos em campo transcorreram no período de 01/02 a 23/12/2016, por meio do monitoramento das receitas, despesas e movimentações orçamentárias, em face da legislação pertinente, com o objetivo de verificar a execução do orçamento anual, a gestão dos administradores públicos e as licitações no âmbito da UFABC.

Para tanto, foram destacadas as seguintes questões de auditoria:

- I. A execução orçamentária da despesa é satisfatória e está aderente aos preceitos legais?
- II. Os controles realizados pelas instâncias orçamentárias na UFABC contribuem para que os objetivos institucionais sejam atingidos?
- III. As receitas próprias são aplicadas de acordo com a Lei Orçamentária Anual?
- IV. As informações constantes do Relatório de Gestão são pertinentes e consistentes, de acordo com os parâmetros estabelecidos?
- V. A formalização e instrução dos procedimentos licitatórios estão adequadas à legislação vigente?
- VI. As contratações diretas se enquadram nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/1993 e estão devidamente fundamentadas?
- VII. O pagamento é efetuado após a regular liquidação da despesa e em conformidade com as condições contratuais e meios legais?

Foram respeitadas as normas de auditoria aplicáveis à administração pública, não havendo, por parte do auditado, qualquer restrição aos trabalhos da Auditoria Interna (AUDIN).

## 2. INFORMAÇÕES

**2.1. Questões I e III:** A execução orçamentária da despesa é satisfatória e está aderente aos preceitos legais? As receitas próprias são aplicadas de acordo com a Lei Orçamentária Anual?

No intuito de examinar as questões acima, foram coletados dados diretamente do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e do Tesouro Gerencial. Foram realizadas consultas, em diferentes momentos, dentre as quais se destacam:

- a) execução orçamentária do exercício 2015, detalhada por programa ação de governo, com informações sobre: dotação inicial, dotação atualizada, destaques recebidos, crédito disponível, valores empenhados, liquidados, pagos e restos a pagar não processados inscritos;
- b) execução orçamentária do exercício 2016 até o mês de maio, detalhada por programa e ação de governo, com informações sobre: dotação inicial, dotação atualizada, destaques recebidos, crédito disponível, bem como valores pré-empenhados a empenhar, empenhados e liquidados;
- c) execução orçamentária do exercício 2016 até o mês de junho, detalhada por plano interno, com informações sobre: dotação inicial, dotação atualizada, crédito disponível, bem como valores pré-empenhados a empenhar empenhados e liquidados;
- d) receitas do exercício 2016 até o mês de outubro, detalhada por natureza e fonte de recursos, com informações sobre: previsão inicial da receita, previsão atualizada da receita, receita orçamentária bruta e receita orçamentária líquida;
- e) destaques recebidos no transcorrer do exercício 2016 até o mês de outubro, detalhados por unidade orçamentária e natureza da despesa;
- f) execução das receitas próprias e dos destaques do exercício 2016 até o mês de outubro, detalhados por fonte de recursos, ação de governo e natureza da despesa, com informações sobre: dotação inicial, dotação

atualizada, dotação cancelada e remanejada, bem como valores empenhados e liquidados.

Além da extração e análise de dados na base de sistemas do Governo Federal, para a apreciação da questão de auditoria I, houve indagação, por meio da Solicitação de Auditoria (SA) nº 44/2016, sobre a execução dos contratos 40/2015 e 50/2015, relativos a exames médicos oftalmológicos e exames médicos laboratoriais para servidores, cujos empenhos não haviam sido executados até 21/07/2016. Em resposta, o setor responsável por fiscalizar as contratações justificou o fato mediante a Comunicação Interna (CI) nº 270/2016/SUGEPE, bem como apresentou um plano de realização dos exames, o qual contempla o quantitativo estimado de servidores a serem atendidos em cada período.

Em outra solicitação (SA nº 46/2016), desta vez endereçada à PROPLADI, a Auditoria Interna demandou, nos itens “d”, “e” e “h”, informações sobre atividades de controle pertinentes à execução orçamentária, para as quais a PROPLADI apresentou esclarecimentos via e-mail datado de 31/08/2016.

Assim, no tocante às questões I e III, não foram identificadas anomalias na aplicação dos recursos em relação aos parâmetros constantes da LOA 2016.

## **2.2. Questão II:** os controles realizados pelas instâncias orçamentárias na UFABC contribuem para que os objetivos institucionais sejam atingidos?

A esse respeito, a SA nº 46/2016 tratou, nos itens “a”, “b”, “c”, “f” e “g”, da presença e funcionamento de três componentes do controle interno previstos na Estrutura COSO 2013 – Controle Interno<sup>1</sup>, quais sejam: “Atividades de Controle”, “Informação e Comunicação” e “Atividades de Monitoramento”. A resposta à solicitação foi analisada conjuntamente com entrevistas realizadas junto aos Agentes de Planejamento (AP's) de onze áreas, evidenciando aspectos passíveis de aprimoramento, os quais foram comunicados à PROPLADI por meio do Relatório Final de Auditoria nº 06/2016, referente à auditoria na gestão da PROPLADI.

<sup>1</sup> Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO. **Controle Interno – Estrutura Integrada: Sumário Executivo**. Mai.2013. Disponível em: <[http://www.iiabrazil.org.br/new/2013/downloads/coso/COSO\\_ICIF\\_2013\\_Sumario\\_Executivo.pdf](http://www.iiabrazil.org.br/new/2013/downloads/coso/COSO_ICIF_2013_Sumario_Executivo.pdf)>. Acesso em: 06/01/2017.

As SA's 42 e 60/2016, enviadas à PROPLADI e à Comissão de Ética da UFABC, respectivamente, abordaram princípios do componente "Ambiente de Controle". O componente "Avaliação de Riscos", por sua vez, deverá ser objeto de estudo para implantação de um comitê de governança, riscos e controle, bem como a elaboração de política institucional de gestão de riscos.

Assim sendo, o resultado dos exames concernentes à questão II é sintetizado no quadro a seguir:

Componente	Síntese do resultado
Ambiente de Controle	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A UFABC conta com estrutura organizacional na qual constam agentes e departamentos responsáveis pela gestão e execução orçamentária, tendo por base a proposta orçamentária e demais diretrizes emanadas do Conselho Universitário.</li> <li>▪ Necessidade de capacitações ou atualizações de conhecimentos dos servidores que atuam na gestão orçamentária, em especial os AP's.</li> <li>▪ Importância de fomentar, junto à comunidade acadêmica, palestras, treinamentos, orientações e debates sobre ética na administração pública, inclusive a partir do Código de Ética da UFABC, o qual está sendo discutido no âmbito de grupo de trabalho designado para tal finalidade.</li> </ul>
Avaliação de Riscos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Deverá ser objeto de estudo pela instituição em 2017, para implantação de um comitê de governança, riscos e controle, bem como a elaboração de política institucional de gestão de riscos, conforme previsto na Instrução Normativa Conjunta MPOG e CGU nº 01/2016. Atualmente não existe abordagem formal e sistematizada quanto a gerenciamento de riscos corporativos.</li> </ul>
Atividades de controle	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ De modo geral, os controles existentes auxiliam a gestão na conformidade com a Lei Orçamentária Anual, entretanto foi diagnosticada e comunicada à PROPLADI (Relatório Final de Auditoria nº 06/2016) a necessidade de elaboração de um guia ou manual de procedimentos com vistas a melhor orientar as atividades desempenhadas pelos AP's.</li> </ul>
Informação e Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Insuficiências no fluxo de informações entre a PROPLADI e os AP's, reportadas no Relatório Final de Auditoria nº 06/2016.</li> </ul>





Componente	Síntese do resultado
Atividades de Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ O documento em resposta à SA nº 46/2016 menciona, no item “g”, que existe rotina de comunicação dos principais resultados da execução orçamentária da UFABC aos integrantes da alta administração, de modo a possibilitar o monitoramento e avaliação dos programas e ações governamentais.</li><li>▪ Recomendou-se por meio do Relatório Final de Auditoria nº 06/2016 a divulgação periódica, em seção própria do sítio eletrônico da UFABC, das informações orçamentárias de interesse das comunidades interna e externa, de modo propiciar a transparência ativa de informações, conforme artigos 3º, II e 8º da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).</li></ul>

**2.3. Questão IV:** as informações constantes do Relatório de Gestão são pertinentes e consistentes, de acordo com os parâmetros estabelecidos?

No intuito de analisar a questão acima, examinou-se a aderência da formatação utilizada para o Relatório de Gestão de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Decisão Normativa nº 146/2015, do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como orientações disponibilizadas pelo referido órgão de controle no sistema e-Contas.

No transcorrer dos exames, foram sugeridas à PROPLADI adequações pontuais ao documento preliminar, por intermédio de e-mails datados de 18 e 21/03/2016. Em complemento, foi encaminhada a SA nº 24/2016 a fim de obter informações quanto ao acompanhamento dos resultados do planejamento estratégico, para a qual obtivemos posicionamento da área em 20/05/2016.

Verificou-se também a ausência de uniformização na apresentação dos conteúdos pelos Centros, constatação a qual foi reportada mediante o Relatório Final de Auditoria nº 06/2016 (auditoria na gestão da PROPLADI). A Auditoria Interna elaborou ainda parecer sobre as contas do exercício 2015, peça integrante do processo de Prestação de Contas da Universidade.

Dessa forma, não há novos apontamentos sobre a questão de auditoria IV.

**2.4. Questões V, VI e VII:** a formalização e instrução dos procedimentos licitatórios estão adequadas à legislação vigente? As contratações diretas se enquadram nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/1993 e estão devidamente fundamentadas? O pagamento é efetuado após a regular liquidação da despesa e em conformidade com as condições contratuais e meios legais?

Para verificar essas questões, foram analisados, por amostragem, os processos relacionados na tabela demonstrada no anexo do presente relatório. A seleção dos processos recaiu principalmente em contratações diretas, devido ao risco envolvido em razão de seu caráter excepcional, e em pregões de elevado valor.

Em face dos exames referentes às questões de auditoria V, VI e VII, foram emitidas três Notas de Auditoria contendo as seguintes recomendações:

Nº da Nota de Auditoria	Destinatário	Recomendações
09/2016	Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPES)	Recomendamos à Pró-Reitoria de Administração (PROAD), área técnica com maior expertise em matéria de licitações e contratações, redigir comunicado para os dirigentes vinculados diretamente à Reitoria enfatizando a obrigatoriedade de que sejam observados nas contratações: <ul style="list-style-type: none"><li>▪ o fluxo pré-estabelecido;</li><li>▪ o procedimento licitatório, da dispensa ou inexigibilidade, conforme Lei nº 8.666/1993 e legislação correlata;</li><li>▪ a formalização do contrato nos casos previstos em lei;</li><li>▪ o acompanhamento da execução contratual pelo representante da administração designado por essa finalidade (fiscal do contrato);</li></ul>



Nº da Nota de Auditoria	Destinatário	Recomendações
		<ul style="list-style-type: none"><li>▪ os estágios de execução da despesa, preceituados nos artigos 60 a 64 da Lei nº 4.320/1964, quais sejam empenho, liquidação e pagamento; e</li><li>▪ outros aspectos considerados relevantes sobre a matéria (...)</li></ul> <p>Alertamos a Pró-Reitoria de Pesquisa para que se abstenha de realizar despesas sem prévio empenho e sem cobertura contratual, pois tal ato contraria o artigo 60 da Lei nº 4.320/1964, bem como o artigo 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.</p> <p><b>Nota: as recomendações foram acatadas pelas áreas, conforme CIs 086/2016/PROPEs e 016/2016/ProAd.</b></p>
12/2016	Assessoria de Cooperações e Convênios (ACIC)	<p>Recomendamos à ACIC:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ verificar se é oportuno providenciar o ajuste dos itens “a” e “d” no Processo nº 23006.001395/2015-06;</li><li>▪ orientar a CPCo sobre o conteúdo dos itens “b” e “c”, de modo que o fluxo de parcerias e o disposto no artigo 5º da Resolução ConsUni nº 73 sejam observados nos futuros processos;</li><li>▪ basear a justificativa do preço exigida no artigo 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 em referências mais atuais, de maneira que possibilite aferir, nos futuros processos, a compatibilidade da proposta com os valores praticados em outras contratações ocorridas à época.</li></ul>

Nº da Nota de Auditoria	Destinatário	Recomendações
22/2016	Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPES)	<p>Recomendamos à PROPES maior atenção a questões de instrução processual, em especial por se tratar de área que pela sua natureza solicita materiais por meio de contratações diretas, com vistas a atender às demandas da pesquisa na UFABC. Para tanto, é salutar estimular canais de diálogo com a PROAD, bem como consultar os documentos e orientações disponíveis no sítio eletrônico desta Pró-Reitoria, de modo reduzir as “idas e vindas” dos processos de aquisição. Sugerimos também, a título de referência metodológica, o Caderno de Logística – Pesquisa de Preços, disponível no sítio eletrônico de compras governamentais, por meio do seguinte <i>link</i>:</p> <p><a href="https://www.comprasgovernamentais.gov.br/gestor-de-compras/cadernos-de-logistica">https://www.comprasgovernamentais.gov.br/gestor-de-compras/cadernos-de-logistica</a></p>

Embora as recomendações supracitadas se refiram a constatações pontuais, requerem atenção por parte das áreas responsáveis, de modo a prevenir a repetição de tais falhas e visando ao aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de controle.

Por outro lado se observa a existência de atividades de controle consistentes nos procedimentos licitatórios realizados, praticadas com segregação de funções, e a devida formalização dos atos essenciais e indispensáveis, no sentido de cumprir os objetivos de conformidade legal. É recomendável, todavia, a análise da relação custo-benefício de alguns controles pela gestão, em função de futuras avaliações quanto aos riscos inerentes às aquisições/contratações e do tratamento adotado para mitigá-los, com vistas a oportunizar melhorias no fluxo da contratação, tornando-o mais eficiente em face dos objetivos institucionais.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao escopo analisado, conclui-se que existem oportunidades de melhoria nos cinco componentes basilares do controle interno, especialmente no tocante ao fluxo que envolve os Agentes de Planejamento na gestão orçamentária. O detalhamento das constatações e respectivas recomendações foram reportados à PROPLADI mediante o Relatório Final de Auditoria nº 06/2016, motivo pelo qual a equipe de auditoria entendeu ser desnecessário replicá-las no presente relatório.

Ademais, as impropriedades observadas nos processos de aquisição/contratação são pontuais e foram encaminhadas às áreas tempestivamente. Verificou-se também que existem atividades de controle consistentes nos procedimentos licitatórios, segregação de funções e a devida formalização dos atos essenciais e indispensáveis, conforme legislação aplicável.

Santo André, 06 de janeiro de 2017.

À apreciação superior,



**Leandro Gomes Amaral**  
Economista

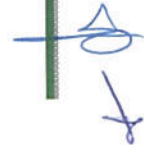
De acordo. Encaminhe-se, conforme o proposto.



**Adriana Maria Couto Caruso**  
Chefe da Auditoria Interna

## Anexo

Processo	Empenho	Objeto	Razão Social	Modalidade	Valor empenhado	Valor liquidado
23006001288201570	2015NE800978	SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA PARA CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DO GMT	ALCMA CONSULTORIA ASSESSORIA LTDA	Inexigibilidade	R\$ 30.000,00	-
23006000938201560	2015NE800678	PAGAMENTO DA ANUIDADE DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO GRANDE ABC REFERENTE A 2015	AGENCIA DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO GRANDE ABC	Inexigibilidade	R\$ 16.059,00	R\$ 16.059,00
23006001316201559	2015NE801031	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA BIOTÉRIO	ALESCO INDUSTRIA COMERCIO LTDA	Dispensa	R\$ 342.250,00	R\$ 342.250,00
23006001183201511	2015NE801035	AQUISIÇÃO DE FILTROS PARA EQUIPAMENTOS DOS BIOTÉRIOS	ALESCO INDUSTRIA COMERCIO LTDA	Inexigibilidade	R\$ 24.840,00	R\$ 24.840,00
23006001395201506	2015NE801105	CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO PARA PARCERIA COM O MINISTÉRIO DAS CIDADES REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	FUNDACAO DESENVOLVIMENTO PESQUISA	Dispensa	R\$ 82.460,00	-
23006001232201515	2015NE800509	SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUO INFECTANTE DO BIOTÉRIO DO CAMPUS SÃO BERNARDO DO CAMPO. PROC ORIGEM: 2015DI00012	MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO	Dispensa	R\$ 3.600,00	R\$ 440,02
23006001240201561	2015NE801030	AQUISIÇÃO DE MEDIDOR DE MÓDULO ELÁSTICO NO ÂMBITO DO PROJETO FINEP - CTINFRA MEZANINO. PROC ORIGEM: 2015DI00040	ATCP DO BRASIL-ALVES TEODORO CERAMICAS PIEZOELETRICAS D	Dispensa	R\$ 40.500,00	R\$ 40.500,00
23006001278201534	2015NE801196	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO PARA GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS. PROC ORIGEM: 2015DI00051	EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA ADMINISTRACAO DE CO	Dispensa	R\$ 31.382,82	-
23006001258201563	2015NE800538	AQUISIÇÃO DE FONTE DE RAIOS-X COM ELEVADO FLUXO DE FÓTONS E DETECTOR PARA ANÁLISE COM INCIDÊNCIA RASANTE. PROC ORIGEM: 2015DI00016	BRUKER AXS	Dispensa	R\$ 298.368,07	R\$ 298.368,07
23006001208201586	2015NE800539	AQUISIÇÃO DE MEDIDOR DE ABSORÇÃO DE HIDROGÊNIO NO ÂMBITO DO PROJETO FINEP-CTINFRA MEZANINO. PROC ORIGEM: 2015DI00017	HIDEN ISOHEMA LTD.	Dispensa	R\$ 372.554,56	-
23006000432201551	2015NE800364	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO IN COMPANY SOBRE COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS	INTEGRACAO - ESCOLA DE NEGOCIOS LTDA	Inexigibilidade	R\$ 351.920,00	R\$ 103.360,00



## RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA

Processo	Empenho	Objeto	Razão Social	Modalidade	Valor empenhado	Valor liquidado
23006000433201503	2015NE800624	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO IN COMPANY SOBRE LÍNGUA PORTUGUESA E FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES	INOVACAO GESTAO PESSOAS APOIO TREINAMENTOS LTDA -	Inexigibilidade	R\$ 188.129,00	R\$ 62.396,00
23006001284201591	2015NE801043 2015NE801131	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA PREDIAL NO RAMO DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA	MPE ENGENHARIA E SERVICOS S/A	Pregão	R\$ 2.816.648,24	-
23006000618201518	2015NE800564 2016NE800058	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO DE ZELADORIA, AJUDANTES GERAIS E MENSAGEIROS	RCA PRODUTOS E SERVICOS LTDA	Pregão	R\$ 1.096.976,25	R\$ 403.438,48
<b>Total</b>					<b>R\$ 5.695.687,94</b>	<b>R\$ 1.291.651,57</b>

Fonte: Tesouro Gerencial. Consultas realizadas em 26 e 27/04/2016.



